

A educação para o desenvolvimento humano: interfaces entre a Abordagem das Capacidades Humanas e o Pacto Educativo Global

Education for human development: interfaces between the Human Capabilities Approach and the Global Education Pact

Junior Bufon Centenaro¹

Dyeison Thom²

Paulo Fossatti³

Resumo: O presente artigo tem como tema o desenvolvimento humano a partir da Abordagem das Capacidades de Martha Nussbaum e da perspectiva do Pacto Educativo Global do Papa Francisco. O objetivo consiste em identificar interfaces entre as referidas abordagens, em face de caracterizar a tarefa educativa que está implícita no desenvolvimento humano. A questão que acompanha o objetivo é: que desafios emergem à educação formal, considerando a abordagem das Capacidades e do Pacto Educativo Global, em um contexto de desigualdades e injustiças persistentes? No que tange à metodologia, o estudo caracteriza-se como de natureza básica, com um enfoque analítico-hermenêutico quanto ao percurso metodológico. Para isso, são empregados os procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental, tendo como fontes principais os textos e documentos dos autores em análise. Os resultados enunciam que (i) o progresso econômico não pode ocorrer sem assegurar um adequado desenvolvimento humano; (ii) a educação formal precisa colocar a pessoa no centro do processo formativo, desenvolvendo as capacidades humanas centrais; (iii) a formação de pessoas capazes de cuidar da biodiversidade do planeta, de respeitar as diferentes culturas e de viver em um ambiente democrático requer uma educação alinhada a tais propósitos, qual seja, a educação para o desenvolvimento humano. As principais proposições do artigo evidenciam, portanto, que, embora provenientes de campos distintos, as perspectivas de Nussbaum e do Papa Francisco convergem na ênfase de que o desenvolvimento humano só pode ser alcançado por meio de uma abordagem que coloque o ser humano e as suas capacidades no centro das políticas públicas e dos processos educacionais.

Palavras-chave: abordagem das capacidades; pacto educativo global; desenvolvimento humano; educação.

Abstract: This article looks at human development from the perspective of Martha Nussbaum's Capabilities Approach and Pope Francis' Global Education Pact. The aim is to identify interfaces between these approaches in order to characterize the educational task that is implicit in human development. The question that accompanies this objective is: what challenges arise for formal education, considering the Capabilities approach and the Global Education Pact, in a context of persistent inequalities and injustices? In terms of the methodology, the study is characterized as basic in nature, with an analytical-hermeneutic approach to the methodological path. To this end, bibliographical and documentary research procedures are used, with the main sources being the texts and documents of the authors under analysis. The results show that (i) economic progress cannot occur without ensuring adequate human development; (ii) formal education needs to place the person at the center of the training process, developing core human

¹ Universidade de Passo Fundo - UPF. E-mail: juniorentenaro93@gmail.com.

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Email: dyeisonst@gmail.com.

³ Universidade La Salle – Unilasalle (Canoas). Email: paulo.fossatti@unilasalle.edu.br.

capacities; (iii) training people capable of caring for the planet's biodiversity, respecting different cultures and living in a democratic environment requires an education aligned with these purposes, i.e. education for human development. The main propositions of the article therefore show that, although they come from different fields, the perspectives of Nussbaum and Francisco converge in emphasizing that human development can only be achieved through an approach that places human beings and their capacities at the center of public policies and educational processes.

Keywords: capabilities approach; global education pact; human development; education.

INTRODUÇÃO

A discussão acerca do desenvolvimento humano revela-se necessária e atual. Recentemente, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) publicou um Relatório intitulado “Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação” (2022). Resultado do trabalho da Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação, o relatório traz um alerta preocupante: a sobrevivência da humanidade, dos direitos humanos e do planeta estão em risco. Fazendo uma análise global, o documento afirma que “as tendências paradoxais de desenvolvimento estão nos levando a um caminho em direção a futuros insustentáveis”, e destaca que “os níveis globais de pobreza caíram, mas desigualdades entre e dentro dos países aumentaram” (Unesco, 2022, p. 6). Nesse sentido, a Unesco chama atenção para a concentração da renda e da riqueza, que coexiste com desigualdades jamais vistas. Além disso, as mudanças climáticas e a deterioração do ambiente natural estão ameaçando o futuro da humanidade e de outras espécies. Dessa forma, em âmbito global, constata-se um aumento significativo da riqueza, porém, vive-se uma ampliação incompleta e desigual dos direitos humanos.

O cenário incerto, vivido pela humanidade, exige atenção para a questão do desenvolvimento humano, aqui entendido como a possibilidade de cada pessoa nascer, crescer e viver com dignidade, tendo acesso aos direitos sociais, econômicos e culturais ao longo da vida. Dada a importância e a relevância desse tema, optou-se por aprofundar duas abordagens teóricas que pautam o desenvolvimento humano, as quais, antes do próprio relatório da Unesco (2022), centraram os seus esforços em alertar e propor saídas para a crise paradigmática enfrentada nesse primeiro quarto do século XXI.

De uma perspectiva filosófico-política, Martha Nussbaum (2013, 2014, 2015), pesquisadora e professora de filosofia e direito da Universidade de Chicago, nos Estados Unidos, coloca em questão o modelo econômico vigente e a sua incapacidade de associar o aumento da riqueza e do progresso com a diminuição da pobreza e da desigualdade. Essa autora justifica, como recurso fundamental para compreender as características do desenvolvimento humano, a Abordagem das Capacidades Humanas. De outra parte, de um prisma teológico-ecclesial, o Papa Francisco (2015, 2020, 2023) manifesta em seus escritos profunda inconformidade com o modelo econômico vigente, haja vista as gritantes desigualdades presentes no mundo e as inúmeras situações de desrespeito à dignidade humana. Por sua vez, o Papa tem liderado uma abordagem que é conhecida como Pacto Educativo Global.

Sendo assim, o objetivo do presente estudo consiste em identificar interfaces entre as referidas abordagens, caracterizando a tarefa educativa que está implícita no desenvolvimento humano. A pergunta norteadora está expressa da seguinte forma: que desafios emergem à educação formal, considerando a abordagem das Capacidades e do Pacto Educativo Global, em um contexto de desigualdades e injustiças persistentes?

Parte-se do pressuposto de que o direito à educação é fundamental para a realização de todos os outros direitos sociais, econômicos e culturais, “independentemente de renda, gênero, raça ou etnia, religião, língua, cultura, sexualidade, filiação política, deficiência ou qualquer outra característica que possa ser usada para discriminar e excluir” (Unesco, 2022, p. 10). Dessa

maneira, a reflexão desencadeada no texto insiste na tarefa fundamental que cabe aos processos educativos formais de potencializar o desenvolvimento humano.

Além desta introdução e das considerações finais, o artigo está estruturado em quatro partes. Em um primeiro momento, apresenta-se a caracterização metodológica. Em seguida, o texto chama atenção para os diagnósticos de época oferecidos por Nussbaum (2013, 2014, 2015) e Papa Francisco (2015, 2020, 2023), que revelam uma profunda crise paradigmática da contemporaneidade, em que os processos de geração de lucro, de aumento de riqueza e da exploração dos recursos naturais não se convertem em mais possibilidades de desenvolvimento humano para as populações empobrecidas. A terceira parte opera com os indicativos apresentados pelos autores, buscando saídas para os desafios do desenvolvimento humano, sobretudo mediante uma Abordagem das Capacidades e de um Pacto Educativo Global. A quarta parte do escrito centra-se em elucidar o papel central que a educação ocupa para ambos os projetos, ficando evidente, desse modo, uma das principais interfaces entre as duas perspectivas: a necessidade e as características de uma educação para o desenvolvimento humano integral e solidário.

METODOLOGIA

O presente artigo, com relação à sua natureza, caracteriza-se como uma pesquisa básica, pois visa conhecer e compreender com mais profundidade a Abordagem das Capacidades Humanas e o Pacto Educativo global, buscando caracterizar a tarefa educacional implícita ao desenvolvimento humano. Quanto ao problema, a pesquisa configura-se como social e qualitativa. De acordo com Esteban (2010, p. 127) “a pesquisa qualitativa é uma atividade sistemática orientada à compreensão em profundidade de fenômenos educativos e sociais”. No que diz respeito ao objetivo, a pesquisa caracteriza-se como exploratória, pois tem como finalidade gerar “maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses” (Gil, 2002, p. 41). Isso significa que o artigo busca gerar conhecimento acerca de questões que merecem melhor tratamento investigativo.

O método, conforme Gil (2008, p. 8), é como um caminho para chegar a um determinado fim; e o “método científico” é “o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento”. Dessa forma, a presente pesquisa, enquanto lógica de investigação e de construção do conhecimento, assume uma postura hermenêutica, pois há uma relação circular entre o sujeito cognoscente e o objeto/campo investigado, na medida em que a análise também requer compreensão, sentido e interpretação das abordagens em questão. Ainda sobre o método, é importante salientar os procedimentos técnicos empregados no decorrer da investigação. Para buscar respostas satisfatórias ao problema de pesquisa, foi preciso combinar os procedimentos de pesquisa documental e pesquisa bibliográfica.

As fontes empregadas no estudo são, portanto, bibliográficas e documentais. Quanto à Abordagem do Pacto Educativo Global, os documentos utilizados são o *Instrumentum Laboris* (2020) — publicado pela Congregação para a Educação Católica do Vaticano (CEC), a Carta Encíclica *Laudato Si'*: sobre o cuidado da Casa Comum (2015), a Carta Encíclica *Fratelli Tutti*: sobre a fraternidade e amizade social (2020), e a Exortação Apostólica *Laudate Deum*: sobre a crise climática (2023), assinadas pelo Papa Francisco. No que tange à Abordagem das Capacidades Humanas, são empregadas três obras de Martha Nussbaum: *Fronteiras da justiça: deficiência, nacionalidade, pertencimento à espécie* (2013), *Educação e justiça social* (2014), *Sem fins lucrativos: por que a democracia precisa das humanidades* (2015).

DIAGNÓSTICOS DE ÉPOCA: O DESCOMPASSO ENTRE O PROGRESSO ECONÔMICO E O DESENVOLVIMENTO HUMANO

Os escritos de Nussbaum (2013, 2014, 2015) e do Papa Francisco (2015, 2020, 2023) enunciam um olhar diagnóstico do que vem ocorrendo na contemporaneidade. Os autores afirmam que há uma forte crise paradigmática no modelo de desenvolvimento, que gera questões de alcance global e que afeta várias áreas da vida humana. Uma constatação em comum indica que o progresso econômico e o avanço técnico e tecnológico não se traduziram suficientemente em melhoria das condições de vida dos países e das camadas populacionais mais pobres e, conseqüentemente, não têm aumentado o nível de justiça social. Verifica-se que o Relatório da Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação consubstancia esse diagnóstico apresentado pelos autores quando destaca “a ampliação da desigualdade social e econômica, a mudança climática, a perda da biodiversidade, o uso de recursos que extrapola os limites planetários, o retrocesso democrático e a automação tecnológica disruptiva” (Unesco, 2022, p. xiii) como marcas da atual conjuntura histórica.

Em “Fronteiras da Justiça” (2013), obra que apresenta em detalhes a Abordagem das Capacidades Humanas, Nussbaum (2013, p. 278) afirma que “o mundo contém desigualdades moralmente alarmantes, e a distância entre as nações ricas e as nações pobres está aumentando”. O fato de nascer em um determinado país e não em outro estabelece as chances de vida de um ser humano. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), enquanto na Suécia, nação considerada desenvolvida, uma criança nasce com esperança de vida de 83,2 anos, em Serra Leoa, essa expectativa é de 46,7 anos (Pnud, 2024). Esses dados mensuraram a expectativa de vida da população considerando serviços de saneamento básico, acesso à alimentação, índice de violência, poluição, serviços de saúde e educação.

Informações como as apresentadas anteriormente levaram Nussbaum a colocar em questão o modelo hegemônico de mensuração do desenvolvimento dos países baseado no Produto Interno Bruto (PIB). O conhecido PIB *per capita* é a riqueza de uma nação dividida pelo seu número de habitantes. Segundo Nussbaum, a África do Sul no período do *apartheid* costumava estar entre os países com maiores índices de crescimento econômico, “[...] ignorando as inacreditáveis desigualdades distributivas, o brutal regime de segregação e as deficiências em saúde e educação que o acompanhavam” (Nussbaum, 2015, p. 14). Logo, segundo a autora, esse modelo predominante que busca avaliar o desenvolvimento não consegue informar como as pessoas estão vivendo e muito menos quem está se beneficiando dessa riqueza. Por isso, faz-se necessário olhar com mais atenção para como as pessoas estão vivendo e tendo oportunidades em educação, saúde, emprego, qualidade ambiental, renda, patrimônio etc.⁴

Compreende-se, a partir do exposto, que o progresso econômico pode ocorrer sem garantir intrinsecamente o desenvolvimento humano. Nussbaum alerta que não há, necessariamente, uma correlação imediata entre crescimento econômico e justiça social, embora reconheça que “a prosperidade geral aumenta o alcance dos direitos à educação, assistência médica e outras oportunidades básicas” (Nussbaum, 2013, p. 278). Sobre essa discussão, Trevisol e Centenaro (2022, p. 4) afirmam que a média *per capita* não diz onde está a riqueza, “pois um país pode ter muitas riquezas, o que gera uma média *per capita* elevada, no entanto, elas podem estar nas mãos de um pequeno grupo, enquanto a imensa maioria está excluída de seus benefícios”.

⁴ A filósofa Martha Nussbaum (Nova York, 1947), além de colecionar passagens como professora em importantes centros acadêmicos como Harvard, Brown e Oxford, fez parte do Instituto Mundial de Pesquisa Econômica do Desenvolvimento da Universidade das Nações Unidas, ao lado do economista Amartya Sen (Prêmio Nobel de Economia de 1998). Como pesquisadora deste instituto trabalhou em países em vias de desenvolvimento, entre eles a Índia, uma nação com grandes índices de desigualdade e injustiça social. Essa experiência, conforme relato da própria autora (Nussbaum, 2015) marcou profundamente seu projeto teórico do desenvolvimento humano centrado na Abordagem das Capacidades.

É importante salientar que a crítica realizada por Nussbaum (2013, 2014, 2015) não se dirige apenas aos enfoques que fazem a avaliação do desenvolvimento humano, mas, sobretudo, aos marcos constitucionais das nações, em boa medida, incapazes de assegurar um nível aceitável de dignidade humana para a sua população. Além disso, questiona abertamente as políticas públicas e as decisões no âmbito da economia pautadas em critérios estritamente direcionados para a lucratividade de pequenos grupos em detrimento de uma justiça distributiva, que considere as necessidades dos mais pobres.

Em uma linha argumentativa semelhante, o Papa Francisco⁵ tem sublinhado em seu pontificado questões-chave para compreender os alarmantes índices de desigualdade e injustiça social. O pensamento do Papa Francisco sobre os aspectos da crise socioambiental enfrentada pela humanidade está sintetizado e fundamentado nas Cartas Encíclicas *Laudato Si'* (2015) e *Fratelli Tutti* (2020) e na Exortação Apostólica *Laudate Deum* (2023). Como líder global da Igreja Católica Romana, destaca-se por ser o primeiro latino-americano a ocupar tal posto. Segundo Mendes (2021, p. 344, tradução nossa), “é interessante notar que além da sua função religiosa, o primeiro Papa jesuíta e o primeiro, também, de língua espanhola, tem-se destacado no seu pontificado por uma particular abertura ao diálogo com as mais diversas instâncias da sociedade global”. O aumento da desigualdade e da pobreza, o fenômeno migratório contemporâneo e a crise climática tornaram-se pautas fundamentais de seu papado.

O Papa Francisco compreende que a crise ambiental está profundamente relacionada com a questão humana (fenômeno antrópico), sendo a sua principal causa, em razão do crescente paradigma tecnocrático, marcado pelo antropocentrismo exacerbado, consumismo desenfreado dos recursos naturais, ou seja, “um modo desordenado de conceber a vida e a ação do ser humano, que contradiz a realidade até o ponto de a arruinar” (Papa Francisco, 2023, p. 19). É nesse ponto que o líder da Igreja Católica afirma que: “o desenvolvimento não deve se orientar a acumulação sempre maior de poucos, mas há de assegurar os direitos humanos, pessoais e sociais, econômicos e políticos, incluindo os direitos das nações e dos povos” (Papa Francisco, 2020, p. 66).

Em outubro de 2020, por iniciativa do Papa, a Congregação para a Educação Católica (CEC), órgão do Vaticano para assuntos educacionais, promoveu um evento com o tema “Reconstruir o Pacto Educativo”, buscando uma aliança global para um desenvolvimento humano integral. O Pacto Educativo Global (PEG), conforme expresso em seu Instrumento de Trabalho, publicado pela CEC, em 2020, é uma necessidade urgente, pois o contexto contemporâneo é marcado pela

fratura entre as gerações, da fratura entre povos e culturas diferente, da fratura entre partes da população ricas e partes da população pobres, as primeiras sempre mais ricas e as segundas sempre mais pobres, da fratura entre masculino e feminino, da fratura entre economia e ética, da fratura entre humanidade e planeta terra (CEC, 2020, p. 6).

A convocação para um Pacto Educativo Global precisa ser compreendida dentro do contexto das Cartas Encíclicas *Laudato Si'* (2015) e *Fratelli Tutti* (2020) e da Exortação Apostólica *Laudate Deum* (2023), como uma resposta concreta para a crise do desenvolvimento humano. O PEG busca ser uma oportunidade de mudança para o presente e para o futuro.

⁵ O então Cardeal Arcebispo de Buenos Aires, Argentina, Jorge Mario Bergoglio (Buenos Aires, 1936), foi eleito Papa da Igreja Católica Apostólica Romana, em março de 2013, escolhendo o título de Francisco para seu papado. A escolha de um nome diferente daquele de batismo é algo tradicional para os Papas. No entanto, a escolha de Bergoglio de se chamar Francisco, por si só, tem um significado marcante, pois resgata Francisco de Assis (1182-1226), conhecido por promover uma profunda renovação na Igreja Católica da época. São Francisco de Assis defendeu que a Igreja deveria assumir as causas dos mais pobres, tornando suas estruturas espaços de uma vida simples, sem acúmulo de riquezas e em equilíbrio com a natureza. O pontificado de Francisco de Roma — em seu modo de governar, nos textos e discursos, nos projetos e ações — guarda profunda relação com os ideais e as ações de Francisco de Assis.

Conforme Mendes (2021, p. 345, tradução nossa) “isso deu origem a um amplo projeto que pretende ser realizado em colaboração com diferentes instituições da Igreja, religiões, organizações educativas e governamentais”.

As concepções de Nussbaum (2013, 2014, 2015) e do Papa Francisco (2015, 2020, 2023) enfatizam a necessidade de uma mudança de paradigma, de uma perspectiva individualista para uma abordagem mais comunitária e solidária, em que o bem-estar coletivo é visto como essencial para a realização plena das pessoas. O problema moral do individualismo está enraizado na valorização excessiva do “eu” sobre o “nós”, priorizando interesses pessoais em detrimento do bem-estar coletivo. Esse fenômeno leva à fragmentação social e à negligência das responsabilidades comunitárias. Quando combinado com a concentração econômica, o individualismo acentua as desigualdades, pois poucos acumulam grandes riquezas, enquanto muitos são deixados à margem. O modelo de consumo atual, centrado no consumismo desenfreado e na obsolescência programada, contribui para a perpetuação dessas desigualdades e para a degradação ambiental, criando um ciclo vicioso de exploração e exclusão.

A presente seção tratou de situar os diagnósticos de época traçados por Nussbaum (2013, 2014, 2015) e pelo Papa Francisco (2015, 2020, 2023), a partir dos quais é possível concluir que há um descompasso entre o progresso econômico e o desenvolvimento humano. Dessa forma, fundamentados nesses autores, compreende-se que somente será possível superar essa situação se o crescimento econômico ocorrer atrelado ao desenvolvimento humano. Isso demonstra que o crescimento da renda e da riqueza precisa se traduzir em melhores oportunidades em saúde, habitação, trabalho e emprego, renda, educação básica e superior de qualidade, ambiente sustentável, liberdade de pensamento, de participação social e política, entre outros aspectos. Há que se destacar que o Papa Francisco (2015, 2023) incorpora a questão ambiental como fundamental para o desenvolvimento humano, na medida em que a degradação ambiental também gera degradação da qualidade da vida humana. Portanto, a discussão sobre o que precisa ser feito em vista de uma mudança de paradigma não pode ser conduzida sem integrar a sustentabilidade ambiental.

Por fim, cabe ainda destacar que os autores em tela atribuem à educação formal um papel decisivo. Se o ser humano é o principal responsável pelos problemas sociais e ambientais hodiernos, significa que os processos educativos falharam no que é de sua competência, ou seja, capacitar as pessoas para sociedades justas e sustentáveis. Sendo assim, trabalhar para um novo paradigma que tenha como centro o desenvolvimento humano e não apenas o crescimento econômico necessita de uma educação adequada a esse propósito apresentando-se como solução aos problemas gerados.

Na sequência do artigo, apresenta-se com mais acuidade a Abordagem das Capacidades Humanas e o Pacto Educativo Global. Os dois enfoques centram-se no desenvolvimento humano e buscam criar um equilíbrio sustentável entre o desenvolvimento econômico e o respeito aos direitos e à dignidade de todos os seres humanos, promovendo uma sociedade inclusiva e justa.

DESENVOLVIMENTO HUMANO INTEGRAL E SUSTENTÁVEL

As abordagens discutidas neste estudo evidenciam com clareza a necessidade de reorientar o modelo de desenvolvimento, de modo a enfrentar as desigualdades internas de cada país e também aquelas existentes entre as nações. Dado que o progresso econômico não tem se traduzido em melhores níveis de justiça social e qualidade de vida para as camadas mais pobres, Nussbaum (2013, 2014, 2015) e o Papa Francisco (2015, 2020, 2023), a partir de perspectivas diferentes, porém não contraditórias, argumentam que o fio condutor do desenvolvimento humano passa pelo desenvolvimento das “capacidades humanas” (Nussbaum) e pelo “humanismo integral” (Papa Francisco).

Para Nussbaum (2014), as capacidades indicam aquilo que as pessoas são efetivamente capazes de fazer e ser. A capacidade humana, nessa ótica, requer o desenvolvimento interno de cada pessoa com adequadas condições externas para tal. Dessa forma, propor políticas públicas e avaliar a qualidade de vida com base nas capacidades pressupõe ampliar a base de análise do desenvolvimento para além do PIB *per capita*, do critério da utilidade ou da satisfação pessoal.⁶

As capacidades proporcionam-nos uma forma atractiva de aprofundar o conteúdo padronizado do conceito de desenvolvimento, tanto quando as nações são comparadas entre si por medidas internacionais de bem estar, como quando cada uma delas tenta desenvolver um esforço a nível interno para alcançar um maior grau de desenvolvimento para o seu povo (Nussbaum, 2014, p. 27).

Atenta à necessidade de aprofundar os conteúdos do desenvolvimento humano, a filósofa dá apoio a uma lista de capacidades centrais, como parâmetro para comparar a qualidade de vida e para a formulação de princípios políticos básicos que sejam relevantes para assegurar direitos e garantias, sem os quais uma pessoa ou um grupo não poderia desfrutar de uma vida considerada adequada à dignidade humana. Conforme Nussbaum (2014, p. 40) “à partida, devemos começar por ter uma visão da dignidade do ser humano e daquilo que consideramos que é uma vida que está à altura dessa mesma dignidade”. Em resumo, uma vida se caracteriza por ser “autenticamente humana”. Isto posto, a autora expressa a lista de capacidades centrais que se apresentam como requisitos para uma vida com dignidade. O Quadro 1 traz um resumo indicando o conceito agregador de cada capacidade (coluna da esquerda) e possíveis realizações práticas que cada uma requer (coluna da direita).

Quadro 1. As Capacidades Centrais.

Capacidade	Requer
1 – Vida	Poder viver até o fim de uma vida humana de duração normal, sem morrer prematuramente ou que seja tão reduzida de possibilidades que não valha a pena vivê-la.
2 - Saúde física	Poder desfrutar de boa saúde, incluindo a saúde reprodutiva. Ter boa alimentação e desfrutar de um local adequado para viver.
3 - Integridade física	Poder movimentar-se de um lugar para outro com liberdade, estar protegido e não ser violentado. Ser livre e capaz de fazer escolhas sexuais.
4 - Sentidos, imaginação e pensamento	Poder utilizar os sentidos, a imaginação, o pensamento e o raciocínio, informados por uma educação adequada, como condição para fazer escolhas de um modo “autenticamente humano”.
5 – Emoções	Poder estabelecer e desenvolver relações afetivas de alteridade. Não ter o desenvolvimento emocional bloqueado por medo ou ansiedade.
6 - Razão prática	Poder desenvolver um senso ético, de formar uma concepção do bem e ocupar-se com a reflexão crítica sobre o planejamento da própria vida.

⁶ Para o aprofundamento dessas distinções entre os enfoques econômicos de avaliação da qualidade de vida, sugere-se consultar o estudo de Trevisol e Centenaro (2022). Nesse texto, os autores buscam sintetizar as observações críticas que Martha Nussbaum apresenta sobre alguns desses enfoques mostrando suas insuficiências. Em resumo, o enfoque do PIB mostra a riqueza geral e média, mas não consegue mostrar onde está concentrada e com quem está essa riqueza. A abordagem utilitarista ou da satisfação pessoal pode ser profundamente problemática, pois é muito comum que as pessoas tenham preferências ou satisfações pessoais que tenham sido forjadas por profundas injustiças históricas. Ou seja, as pessoas podem afirmar que estão satisfeitas, mas estando submetidas a processos de exploração e indignidade humana.

7 - Associação	Poder viver com e para os outros. Reconhecer e mostrar preocupação com outros seres humanos e ser capaz de imaginar a situação do outro; ter bases sociais de autorrespeito e não humilhação. Ser tratado como um ser digno cujo valor é igual ao dos outros. Isso inclui a não discriminação com base em raça, sexo, orientação sexual, etnia, casta, religião, origem nacional etc.
8 - Outras espécies	Poder estabelecer uma relação próxima e respeitosa com os animais, as plantas, o mundo natural como um todo.
9 – Lazer	Poder rir, brincar e gozar de atividades recreativas.
10 - Controle sobre o próprio ambiente	a) Político: poder participar ativamente das escolhas que afetam a sua própria vida, isso significa ter direito de participação política, proteção de liberdades de expressão e associação; b) Material: poder deter bens e propriedades em igualdade aos outros. Ter direito ao emprego em bases iguais aos outros. No trabalho, ser capaz de trabalhar como ser humano, exercendo a razão prática e participando de relacionamentos significativos, de reconhecimento mútuo com os demais trabalhadores.

Fonte: Autores baseados em Nussbaum (2013, p. 91-93; 2014, p. 42-44).

Ao se observar o alcance da lista proposta por Nussbaum (2012; 2013), vê-se uma abordagem sugestiva do que se poderia caracterizar como um desenvolvimento humano adequado à dignidade. Qualquer sociedade que não garanta a todos os seus cidadãos limiares mínimos para cada capacidade corre o risco de não ser considerada justa, apesar de seu nível de riqueza. Essa lista também implica a necessidade de equilíbrio entre as capacidades, pois “qualquer sociedade que negligencie uma delas com o objetivo de promover as outras estará a ludibriar os seus cidadãos, o que equivale a estar a cometer uma injustiça” (Nussbaum, 2014, p. 42). Além de sintetizar o que pressupõe uma vida à altura da dignidade humana, a lista apoiada por Nussbaum tem um princípio ético como base, qual seja, cada ser humano deve ser tratado com um fim em si e não como um meio para servir os fins de outros, ou seja, a instrumentalização da pessoa, a exploração, o cerceamento de liberdades em hipótese alguma são aceitáveis, pois bloqueiam o desenvolvimento humano.

A abordagem da autora instiga uma análise atenta para aquilo que vem sendo afirmado pelo Papa Francisco em seus mais recentes escritos, acerca do conceito de “humanismo integral e solidário”.

Todo ser humano tem direito de viver com dignidade e desenvolver-se integralmente, e nenhum país pode negar-lhe esse direito fundamental. Todos o possuem, mesmo quem é pouco eficiente, porque nasceu ou cresceu com limitações. De fato, isso não diminui a sua dignidade imensa de pessoa humana, que se baseia não nas circunstâncias, mas no valor de seu ser. Quando não se salvaguarda esse princípio elementar, não há futuro para a fraternidade nem para a sobrevivência da humanidade (Papa Francisco, 2020, p. 60).

Fica evidente que a dignidade da pessoa humana, na concepção antropológica da doutrina católica é inerente à natureza humana, independentemente das circunstâncias. Nussbaum (2013) também sustenta que a dignidade humana é inerente a cada pessoa, com base em um fundamento ético filosófico. O projeto da filósofa de dar conteúdo, ou seja, caracterizar elementos básicos do que seja o desenvolvimento humano, torna o conceito de dignidade humana menos abstrato e mais realista. Vale mencionar que esse intento guarda sugestivas relações com o que está manifesto pelo Papa Francisco (2020, p. 64), de que o mundo existe para todos, pois todos nascem com a mesma dignidade e, portanto, “as diferenças de cor, religião, capacidade, local de nascimento, lugar de residência e muitas outras não podem antepor-se nem ser usadas para justificar privilégios de alguns em detrimento dos direitos de todos”. Além disso, “como comunidade, temos o dever de garantir que cada pessoa viva com dignidade e disponha de adequadas oportunidades para seu desenvolvimento integral” (Papa Francisco, 2020, p. 64).

Conforme o Dicionário do Pacto Educativo Global (Chesini; Herrera; De Paula, 2021), o Papa Francisco sublinha a importância urgente de estabelecer uma “aldeia educativa”, em que se empreendam esforços para construir uma rede de relações humanas abertas. Ele também enfatiza que tal empreendimento não pode ser realizado sem que todos exibam uma tríplice coragem: primeiro, a coragem de colocar a pessoa no centro; segundo, a coragem de investir as melhores energias com criatividade e responsabilidade; e terceiro, a coragem de formar pessoas preparadas para servir a comunidade.

No que tange o primeiro ponto, o da coragem de colocar a pessoa no centro, o Papa Francisco, por meio da Mensagem para o Lançamento Pacto Educativo, expressa-se da seguinte maneira:

Por isso, é preciso assinar um pacto para dar uma alma aos processos educativos formais e informais, que não podem ignorar o fato de que tudo, no mundo, está intimamente conexo e é necessário encontrar – segundo uma *sã antropologia* – outros modos de compreender a economia, a política, o crescimento e o progresso. Em um percurso de ecologia integral, coloca-se no centro o valor próprio de cada criatura, em relação com as pessoas e com a realidade que a rodeia, e propõe-se um estilo de vida que rejeite a cultura do descartável (CEC, 2020a, p.33).

O Papa Francisco propõe uma forma integral de olhar para a educação, ou seja, olhar o todo, as relações, a ética, a cultura, a espiritualidade etc. Deste modo, a cultura do descartável, do antropocentrismo desordenado, do desenvolvimento visando apenas o crescimento econômico e de *status* é a via contrária do desenvolvimento humano. Corroborando com a do Papa Francisco e com a proposta do PEG, a Unesco afirma que: “Uma educação que se preocupa apenas com o desenvolvimento técnico e econômico, ignorando a dimensão ética e espiritual do ser humano, contribui para a fragmentação da sociedade e a degradação do meio ambiente” (Unesco, 2017, p. 10).

O Papa Francisco (2020) expande essa ideia ao refletir sobre a globalização. Ele destaca que a globalização nos torna vizinhos, mas não necessariamente irmãos. A verdadeira fraternidade vai além das meras conexões superficiais, exigindo um compromisso profundo com o serviço ao próximo e a busca por um sentido mais pleno da vida. A fraternidade autêntica implica reconhecer a dignidade de cada pessoa e trabalhar em conjunto para construir uma sociedade mais justa. Assim, a educação deve promover não apenas questões técnicas e cognitivas, mas também valores de solidariedade, compaixão e respeito mútuo, que são fundamentais para uma convivência harmoniosa e sustentável.

À medida que Nussbaum (2013, 2014) apresenta uma lista de capacidades centrais, conforme ilustrado no Quadro 1, o Papa Francisco propõe sete compromissos para o Pacto Educativo Global. Esses compromissos ressoam profundamente com a visão de Nussbaum sobre o desenvolvimento de capacidades essenciais para uma vida com dignidade. Para alcançar o desenvolvimento humano integral, é necessário estabelecer um compromisso tanto pessoal quanto comunitário, assumindo a corresponsabilidade na construção de uma sociedade com bases justas. Nesse sentido, a Mensagem para o Lançamento do Pacto Educativo Global (CEC, 2020) apresenta os compromissos conforme detalhado no Quadro 2.

Quadro 2. Compromissos do PEG.

Compromisso	Objetivo	Requer
1. Colocar a pessoa humana no centro de todo o processo educativo.	Priorizar o desenvolvimento integral e a dignidade de cada pessoa.	Garantir acesso a oportunidades de aprendizado e crescimento para todos.
2. Ouvir a voz das crianças, dos adolescentes e dos jovens.	Valorizar a participação dos jovens nas decisões que afetam sua vida.	Promover inclusão e combater a exclusão social.
3. Promover a mulher.	Incentivar a educação e o empoderamento das mulheres.	Reduzir a desigualdade de gênero e promover igualdade de oportunidades.
4. Responsabilizar a família.	Apoiar o papel fundamental da família na educação.	Fortalecer as bases sociais e morais, promovendo coesão e inclusão social.
5. Abrir-se à acolhida.	Promover hospitalidade e aceitação dos mais vulneráveis e marginalizados.	Combater a discriminação e a exclusão, promovendo uma cultura de paz e respeito.
6. Renovar a economia e a política.	Promover sistemas econômicos e políticos que sirvam à pessoa e ao bem comum.	Lutar contra a pobreza e a desigualdade econômica por meio de sistemas mais justos e sustentáveis.
7. Cuidar da Casa Comum.	Incentivar a sustentabilidade e a proteção do meio ambiente.	Garantir uso justo e equitativo dos recursos, beneficiando as gerações presentes e futuras.

Fonte: Autores com base em Irmãos das Escolas Cristãs (2022).

De acordo com a CEC (2020), o apelo para o engajamento com o Pacto é direcionado a todos aqueles que têm responsabilidades políticas, administrativas, religiosas e educacionais. É necessário ouvir o clamor que nasce do fundo do coração dos jovens. É um grito de paz, de justiça, de fraternidade, de indignação, de responsabilidade e de compromisso com a transformação, que perpassam relações intergeracionais e interculturais.

Esta seção se propôs a percorrer com mais detalhes a caracterização do desenvolvimento humano integral a partir da Abordagem das Capacidades e do Pacto Educativo Global. Sendo assim, foi possível verificar que o desenvolvimento humano passa por questões existenciais de saúde física, psíquica, emocional, social, intelectual, práticas de lazer, participação política e econômica, ambiente natural sustentável. As duas abordagens buscam romper o formalismo abstrato daquilo que seria uma vida à altura da dignidade humana e propõem que é preciso olhar e cuidar de pessoas concretas e históricas, para que o desenvolvimento humano ocorra em todas as dimensões da vida. Fica evidente, também, que as políticas públicas e as instituições precisam priorizar os excluídos ao longo da história, principalmente crianças, mulheres e idosos.

Na sequência do artigo, adentra-se em uma dimensão crucial e decisiva para ambos os projetos em destaque, ou seja, de problematizar o papel de uma educação que coloque o ser humano no centro do processo e fortaleça o desenvolvimento das diversas dimensões da vida, promovendo diálogos intergeracionais e interculturais, em virtude de futuros justos e sustentáveis.

A EDUCAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO HUMANO INTEGRAL

O Relatório da Comissão sobre os Futuros da Educação da Unesco (2022, p. xi) lança uma questão crucial: “Qual é o papel que a educação pode desempenhar para idealizar o nosso mundo comum e o nosso futuro compartilhado, pensando em 2050 e além?”. É evidente que não se pode cair na ingenuidade de acreditar que somente a educação tem esses desafios em seu bojo, pois os governantes, sistemas de justiça, empresários, líderes mundiais, as multinacionais, as religiões, os meios de comunicação, precisam, por sua vez, transformar o seu modo de atuação sem ignorar a justiça social, o desenvolvimento humano, o acesso aos bens e direitos essenciais das pessoas. Apesar disso, a educação não pode se furtar de seu papel e das enormes oportunidades que decorrem dela.

Como se observou no itinerário do artigo, as necessidades urgentes de “colocar o ser humano no centro”, conforme assinalado pelo Papa Francisco e de entender “cada ser humano como fim e não como um meio”, na ótica de Nussbaum, exige, conseqüentemente, um percurso educacional alinhado a tais propósitos. Desse modo, compreende-se que o questionamento feito pela Unesco sobre o papel da educação encontra respostas significativas nas abordagens desses autores.

Conforme sublinhado pelo Papa Francisco (2015, p. 124) “a consciência da gravidade da crise cultural e ecológica precisa traduzir-se em novos hábitos. [...] Por isso, estamos perante um desafio educativo”. Os processos educacionais formais, não formais e informais ocupam um lugar central quando se busca, em conjunto, saídas para enfrentar os problemas sociais e ambientais, pois “falta consciência de uma origem comum, de uma recíproca pertença e de um futuro partilhado por todos. Essa consciência basilar permitiria o desenvolvimento de novas convicções, atitudes e estilos de vida” (Papa Francisco, 2015, p. 121). Portanto, a humanidade encontra-se diante de um grande desafio cultural, espiritual e educativo que implicará longos processos de regeneração.

Essa questão não é diferente para Nussbaum (2015), quando postula que a educação é crucial na formação de cidadãos capazes de pensar criticamente e agir de forma ética e responsável. Para tal, a educação precisa transcender características que se cristalizaram com o passar do tempo, quais sejam, a formação tecnicista, a exclusão das humanidades dos currículos, a obsessão pelo lucro e a fragilidade da formação para a cidadania democrática. Torna-se oportuno para o objetivo deste artigo, caracterizar, mesmo que resumidamente, a defesa realizada por Nussbaum (2014, 2015) de um modelo educativo centrado no desenvolvimento humano. Quando se observa a lista das capacidades centrais (Quadro 1), fica claro que uma parte significativa delas depende da educação para o seu desenvolvimento. Nussbaum (2014, 2015) apresenta três pilares de sustentação desse modelo educativo. Para cada um desses pilares, faz-se uma relação com os compromissos do Pacto Educativo Global, evidenciando fortes pontos de encontro entre as abordagens.

O primeiro é a “capacidade de autocrítica sobre si e sobre as próprias tradições”. Essa capacidade tem inspiração no legado da pedagogia socrática de uma vida examinada constantemente, que questiona hábitos, crenças e opiniões e aceita somente o que resistir às exigências de consistência de critérios racionais e justos. Isso significa, no entendimento de Nussbaum (2014, p. 77), “uma vida que não aceita a autoridade de qualquer crença apenas por essa crença ter sido herdada por via da tradição ou porque, por força do hábito, se veio a transformar numa coisa banal”. A educação, nesse sentido, é desafiada a ampliar e desenvolver a capacidade humana de raciocinar logicamente, de questionar com criticidade as informações, as opiniões e os costumes pré-estabelecidos. Para tal, os processos educativos não podem seguir apenas um receituário de transmissão de conhecimentos estáticos aos estudantes, mas gerar processos de apropriação crítica e reflexiva do saber.

Essa capacidade torna-se fundamental para a tomada de consciência acerca dos grandes problemas enfrentados pela humanidade, entre os quais, as injustiças nas oportunidades e no acesso aos direitos básicos que muitos seres humanos enfrentam, as

desigualdades de gênero que colocam as mulheres, especialmente as mais pobres, em desvantagem, a riqueza mal distribuída, o consumismo desenfreado, a crise climática causada pela ação humana etc. Diante disso, “a importância do pensamento crítico é particularmente decisiva para a boa cidadania” (Nussbaum, 2014, p. 77), sendo fundamental para que as situações supramencionadas não sejam naturalizadas e banalizadas, mas devidamente enfrentadas para que seja possível o desenvolvimento humano integral.

O Pacto Educativo Global tem como um dos sete compromissos a “promoção da mulher”, incentivando por meio da educação o empoderamento, a autonomia e a liberdade feminina. A capacidade de autocrítica é fundamental para colocar em questão injustiças históricas contra a mulher e promover igualdade de oportunidades e justiça de gênero. Outro compromisso do Pacto diz respeito à “renovação da economia e da política”, pois é preciso promover sistemas econômicos e políticos que sirvam às pessoas e ao bem comum. Além disso, a educação deve engajar consciências comprometidas a lutar contra a pobreza e a desigualdade econômica por meio de sistemas mais justos e sustentáveis.

A “educação multicultural”, direcionada a formar para a cidadania do mundo, constitui-se no segundo pilar do modelo proposto por Nussbaum (2014). O cultivo de uma vida democrática requer que os seres humanos vejam “a si próprios não só como cidadãos que fazem parte de um determinado grupo ou região, mas seres humanos que se encontram ligados a todos os outros por laços de reconhecimento e interesse” (Nussbaum, 2014, p. 79). Essa questão também se encontra bem explícita no projeto do Papa Francisco, quando insiste na necessidade de um diálogo aberto e transparente entre as culturas, que parte de um fundamento de que “a pessoa humana, com os seus direitos inalienáveis, está naturalmente aberta a criar vínculos. Habita nela, radicalmente, o apelo a transcender a si mesma no encontro com os outros” (Papa Francisco, 2020, p. 61). A categoria “Casa Comum”, uma das marcas do pensamento do Papa Francisco, é um dos sete compromissos do Pacto, e tem contribuído para sensibilizar a humanidade de que a degradação ambiental e social afeta a todos, na medida em que se habita o mesmo planeta, “uma mesma casa”.

Desse modo, a categoria “Casa Comum” implica reconhecer que o local e o global estão conectados, seja na questão das mudanças climáticas, seja na questão social. Nesse sentido, a superação dos preconceitos, racismo e xenofobia, da pobreza extrema, dos conflitos entre as nações, da polarização exacerbada entre classes sociais, grupos políticos e culturais, e da degradação ambiental passa por esforços globais, interculturais e também intergeracionais. Sobre essas dimensões, o Pacto Educativo Global tem dois compromissos bem claros: “Ouvir a voz das crianças, dos adolescentes e dos jovens”, ou seja, construir uma participação intergeracional nas decisões que afetam o presente e o futuro e abrir-se à acolhida, que exige promover hospitalidade e aceitação dos mais vulneráveis e marginalizados, combater a discriminação e a exclusão em busca de culturas de paz e respeito. Por conseguinte, a educação multicultural é necessária para criar possibilidades de evitar reducionismos, o protecionismo de várias ordens, e para pensar um mundo aberto e de globalização da cidadania.

Como terceiro pilar, Nussbaum (2014) destaca a “imaginação narrativa”, ou seja, a capacidade de “pensar como será estar na situação de outra pessoa, de avaliar inteligentemente a sua história, e ser capaz de compreender os sentimentos, os desejos e as esperanças de alguém que possa estar nessa situação” (Nussbaum, 2014, p. 81). Conforme Nussbaum (2014, p. 81), “A imaginação permite ter uma percepção profunda da experiência de outra pessoa que, de outra forma, é muito difícil alcançar na vida quotidiana, sobretudo em um mundo em que qualquer encontro é dificultado pelas gigantescas divisões que nele foram criadas”. O teatro, a dança, a literatura são essenciais para cultivar a imaginação e precisam estar claramente postos nos espaços educacionais. Em razão dos apelos tecnicistas e da formação aligeirada exigida pelo mercado de trabalho, essas áreas ficaram marginalizadas principalmente na educação formal (Nussbaum, 2015) e, desse modo, qualquer reorganização dos projetos escolares necessita encontrar um lugar adequado para as artes e as humanidades, componentes fundamentais para desenvolver a imaginação, a empatia e a compaixão.

Compreende-se que os compromissos do Pacto Educativo Global do Papa Francisco (2020) possibilitam um diálogo com o modelo sugerido por Nussbaum (2013, 2014, 2015), na medida em que postulam a tarefa de redefinir os propósitos da educação para um presente e futuro, justos, democráticos e sustentáveis. Se “os sistemas educacionais incutiram de forma errônea a crença de que as prerrogativas e os confortos de curto prazo são mais importantes do que a sustentabilidade de longo prazo” e ainda, se “ênfatzaram valores de sucesso individual, competição nacional e desenvolvimento econômico, em detrimento da solidariedade, da compreensão de nossas interdependências e do cuidado uns com os outros e com o planeta” (Unesco, 2022, p. 9), está mais do que na hora de redefinir os propósitos da educação. Portanto, compreende-se que os objetivos da educação necessitam unir esforços coletivos e fornecer o conhecimento, a pesquisa científica, a inovação necessários para moldar futuros sustentáveis para todos, com fundamento na justiça social, econômica e ambiental.

Por fim, cabe destacar que a presente seção adota como proposição principal a necessidade de processos educacionais centrados no desenvolvimento humano, que acolham e incluam a todos, sem privilégios e exclusões. A educação está desafiada, desse modo, a recuperar a centralidade na pessoa humana. Isso requer que sejam dadas às pessoas possibilidades de desenvolvimento de suas capacidades, de competências capazes de cuidar da biodiversidade do planeta, das diferentes culturas, do ambiente democrático. Os ambientes escolares e universitários, frente a esses desafios, necessitam fortalecer o pensamento crítico e reflexivo, tornando-se lugares por excelência da vivência da cidadania global, do exercício da imaginação e do cuidado com a Casa Comum. Esses propósitos educacionais não podem ignorar a contribuição das humanidades e demais ciências. A criação de políticas e instituições que moldam o presente e o futuro com justiça, equidade, dignidade e sustentabilidade precisa de pessoas formadas e capacitadas para enfrentar com responsabilidade esses desafios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo assumiu como objetivo identificar interfaces entre a Abordagem das Capacidades Humanas e o Pacto Educativo Global, em face de caracterizar a tarefa educativa que está implícita no desenvolvimento humano. A atual conjuntura histórica, marcada por um capitalismo neoliberal, contraditoriamente gera crescimento econômico, mas preserva e aumenta as desigualdades de renda, riqueza, gênero e oportunidades de trabalho, no acesso aos bens essenciais, como educação e saúde de qualidade. Dessa forma, o tema do desenvolvimento humano é prioritário, na medida em que o presente e o futuro mostram-se insustentáveis, caso não sejam revertidos os índices de desigualdade e degradação do ambiente.

No decorrer do texto, foram destacadas as abordagens de Nussbaum (2012, 2013, 2014) e do Papa Francisco (2015, 2020, 2023), a partir de suas respectivas perspectivas, filosófico-política e teológico-eclesial. Eles compartilham uma crítica comum ao modelo econômico vigente, em que o progresso não garante, por si só, a melhoria das condições de vida ou a diminuição das desigualdades, indicando a necessidade de repensar o desenvolvimento com base em capacidades humanas fundamentais. Da mesma forma, o Papa Francisco sublinha a necessidade de uma educação que promova um desenvolvimento humano integral, enfatizando a importância de uma “ecologia integral” que vincule o social ao ambiental. Assim, o reconhecimento da dignidade inerente à natureza humana, que exige que cada pessoa seja tratada como fim e não como meio, é um ponto central tanto nas reflexões filosóficas de Martha Nussbaum quanto na doutrina social do Papa Francisco.

O artigo destacou três proposições principais. A primeira afirma, sustentada em Nussbaum (2012, 2013, 2014) e no Papa Francisco (2015, 2020, 2023), que o crescimento econômico deve ocorrer atrelado ao desenvolvimento humano. Isso significa que o crescimento da renda e da riqueza precisa se traduzir em melhores oportunidades em saúde, habitação, trabalho e emprego digno, educação básica e superior de qualidade, ambiente sustentável,

liberdade de pensamento, de participação social e política, entre outros aspectos essenciais para se ter uma vida com dignidade. Dessa proposição, decorre, dado o objetivo do artigo, que se há a necessidade de um novo paradigma que tenha como centro o desenvolvimento humano e não apenas o crescimento econômico, há, também, a necessidade de uma educação adequada a esse propósito.

A segunda proposição centra-se em afirmar características e conteúdos do desenvolvimento humano, ou seja, ele passa por questões existenciais de saúde física, psíquica, emocional, social, intelectual, práticas de lazer, participação política e econômica, dependendo, de igual modo, de um ambiente natural sustentável. Viu-se que é preciso assegurar que alguns princípios demasiado abstratos sejam compreendidos dentro da historicidade das necessidades humanas concretas. Assim, uma vida à altura da dignidade humana exige que se olhe para pessoas concretas e históricas, para que o desenvolvimento humano ocorra em todas as dimensões da vida. Além disso, as políticas públicas e instituições precisam priorizar os excluídos ao longo da história, principalmente crianças, mulheres e idosos.

A terceira proposição salienta o papel da educação em centrar os seus propósitos no desenvolvimento humano e na sustentabilidade ambiental. Isso requer que sejam dadas às pessoas possibilidades de desenvolvimento de competências capazes de cuidar da biodiversidade do planeta, das diferentes culturas e do ambiente democrático. As escolas e as universidades, frente a esses desafios, necessitam fortalecer o pensamento crítico e reflexivo, tornando-se lugares por excelência da vivência da cidadania global, do exercício da imaginação e do cuidado com a Casa Comum.

Sendo assim, a importância do presente texto reside em sua capacidade de fomentar um diálogo interdisciplinar e interinstitucional, essencial para enfrentar os desafios contemporâneos da desigualdade, da exclusão social e da problemática ambiental. Ao propor um modelo educativo que coloca o ser humano no centro do desenvolvimento, o texto contribui para o debate sobre a necessidade de uma mudança de paradigma educacional global, promovendo um compromisso coletivo com a justiça social e a sustentabilidade ambiental.

A limitação da pesquisa reside no fato de ainda estar concentrada no campo teórico e documental, não sendo possível, na extensão deste artigo, trazer dados do campo empírico e de experiências concretas que estão em andamento, seja por influência da Abordagem das Capacidades Humanas, seja pelo Pacto Educativo Global. Nesse sentido, a limitação posta abre possibilidades de futuras pesquisas que possam explorar com mais profundidade pedagogias de cooperação e de solidariedade, e como os processos educacionais têm trabalhado com elas no âmbito do currículo, dos projetos, da formação dos professores, na apropriação, criação e difusão do saber.

Por fim, espera-se que as ideias contidas neste escrito contribuam para pesquisas futuras sobre as relações entre educação e o eminente paradigma do desenvolvimento humano. Essas reflexões podem inspirar novos estudos sobre políticas públicas educacionais que considerem não apenas o crescimento econômico, mas também a formação integral das pessoas e a equidade social. Ao explorar as interfaces entre os autores, o artigo oferece novas perspectivas para entender como diferentes abordagens filosóficas e teológicas podem convergir na promoção de uma educação orientada para a dignidade humana e o bem-estar coletivo.

As principais proposições do artigo evidenciam, portanto, que, embora provenientes de campos distintos, as perspectivas de Nussbaum e do Papa Francisco convergem na ênfase de que o desenvolvimento humano só pode ser alcançado por meio de uma abordagem que coloque o ser humano e as suas capacidades no centro das políticas públicas e dos processos educacionais. Nussbaum propõe uma lista de capacidades essenciais que devem ser garantidas para que uma vida digna seja possível, enquanto o Papa Francisco destaca a necessidade de um Pacto Educativo Global que envolva todas as esferas sociais na promoção de uma educação voltada para a solidariedade, a justiça social e a sustentabilidade ambiental. Ambas as abordagens sugerem que é fundamental formar pessoas conscientes de suas

responsabilidades para com o próximo e com o planeta, e para criar uma sociedade mais justa, inclusiva e solidária.

REFERÊNCIAS

CHESINI, Cláudia; CONTRERAS, Humberto Herrera; DE PAULA, Jorge Luiz. **Dicionário do Pacto Educativo Global**. Curitiba, ANEC, 2021.

CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA (CEC). **Instrumentum laboris**. Pacto Educativo Global. (2020). Disponível em: <https://www.educationglobalcompact.org/resources/Risorse/instrumentum-laboris-pt.pdf> . Acesso em 02 set. 2024.

CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA (CEC). **Vademecum português**. Pacto Educativo Global. (2020a) Disponível em: <https://www.educationglobalcompact.org/resources/Risorse/vademecum-portuges.pdf>. Acesso em 02 set. 2024.

ESTEBAN, Maria Sandín Paz. **Pesquisa qualitativa em educação**: fundamentos e tradições. Tradução de Miguel Cabrera. Porto Alegre: AMGH, 2010.

FRANCISCO, Papa. **Carta Encíclica Fratelli Tutti**: sobre a fraternidade e a amizade social. São Paulo: Paulus, 2020.

FRANCISCO, Papa. **Carta Encíclica Laudato Si'**: sobre o cuidado da casa comum. Brasília: Edições CNBB, 2015.

FRANCISCO, Papa. **Exortação Apostólica Laudate Deum**: sobre a crise climática. Santa Sé. Vaticano, 2023. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/20231004-laudate-deum.html. Acesso em 02 set. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IRMÃOS DAS ESCOLAS CRISTÃS. Pacto Educativo Global. **Intercom**: Revista da Família Lassalista. n. 153, jan. 2022, Roma: Casa Generalícia. Disponível em: <https://www.lasalle.org/en/new-intercom-no-153/>. Acesso em 25 jul. 2024.

MENDES, Vitor Hugo. Ecología integral y pacto educativo global. La educación integral del Papa Francisco. **Revista Aula**, n. 27, 2021, p. 343–355. Disponível em: [https://doi.org/10.14201/aula202127343355\(2021\)](https://doi.org/10.14201/aula202127343355(2021)). Acesso em 02 set. 2024.

NUSSBAUM, Martha. **Educação e justiça social**. Tradução de Graça Lami. Mangualde/Portugal: Edições Pedago, 2014.

NUSSBAUM, Martha. **Fronteiras da justiça**: deficiência, nacionalidade, pertencimento à espécie. Tradução de Susana de Castro. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

NUSSBAUM, Martha. **Sem fins lucrativos**: Por que a democracia precisa das humanidades. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

TREVISOL, Marcio Giusti; CENTENARO, Junior Bufon. Contribuições do enfoque das capacidades de Martha Nussbaum para a educação contemporânea . **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 25, n. 00, p. e023028, 2023. DOI: 10.20396/etd.v25i00.8666114. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8666114>. Acesso em 2 set. 2024

UNDP (United Nations Development Programme). 2024. **Human Development Report 2023-24**: Breaking the gridlock: Reimagining cooperation in a polarized world. New York. Available at: <https://hdr.undp.org/content/human-development-report-2023-24>.

UNESCO. Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação. **Reimaginar nossos futuros juntos:** um novo contrato social para a educação. Brasília: Fundação SM, 2022.

UNESCO. Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Unesco, 2017.

Submetido em: 15/10/2024.

Aprovado em: 30/04/2025.